



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ASSIS/SP**

---

Procedimento Administrativo MPF nº 1.34.026.000015/2006-40.

**RECOMENDAÇÃO MPF N.º 01/2009**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições institucionais, que lhe são conferidas pela Constituição da República e pela Lei Complementar n.º 75/93, e

**CONSIDERANDO** a tramitação, na Procuradoria da República no Município de Assis/SP, do Procedimento Administrativo nº 1.34.026.000015/2006-40, que tem como objeto apurar possível descumprimento da Lei nº 9.612/98, que disciplina o funcionamento das Rádios Comunitárias (RadCom), por parte dos responsáveis pela Associação Monsenhor Marcílio Genoni, mantenedora da Rádio Karisma de Maracá/SP – RADCOM;

**CONSIDERANDO** a atribuição do Ministério Público Federal de velar pela ordem democrática e pelo respeito aos direitos fundamentais por parte dos Poderes

Públicos Federais, dentre os quais o direito à informação e à liberdade de expressão (art. 5º, incisos IX e XIV, CF/88);

**CONSIDERANDO** que “*compete ao Ministério Público da União: (...) VII – promover o inquérito civil e a ação civil pública para: (...) b) a proteção dos direitos constitucionais*”, nos termos do art. 6º, VII, alínea “a”, da Lei Complementar nº 75, de 1993;

**CONSIDERANDO** que “*compete ao Ministério Público da União: (...) XIV – promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto: (...) e) à manifestação de pensamento, de criação, de expressão ou de informação*”, nos termos do art. 6º, XIV, alínea “e”, da Lei Complementar nº 75, de 1993;

**CONSIDERANDO** que o Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário (art. 3º, III, Lei 9612/98);

**CONSIDERANDO** que qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária (art. 4º, parágrafo 3º);

**CONSIDERANDO** que constitui infração a não destinação de espaço na programação disponível à divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade (art. 40, IX, Decreto nº 2615/98);

**CONSIDERANDO** que a entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a

programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade (art. 8º, Lei 9612/98);

**CONSIDERANDO** os termos da representação oferecida inicialmente pelo Grupo Civil de Orientação e Prevenção à AIDS de Maracá, e após aderida por outras entidades e associações sediadas na cidade de Maracá/SP, que deu origem ao Procedimento Administrativo nº 1.34.026.000015/2006-40, em que se afirma que a antedita RADCOM não instituiu Conselho de Comunitário e que não destina espaço em sua programação à divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, à comunidade, embora estas tenham formulado tal pedido (fls. 292 a 327);

**CONSIDERANDO** que, conquanto requisitada a informar a este Órgão Ministerial sobre as providências adotadas no sentido de constituir o Conselho Comunitário da Rádio Comunitária Karisma de Maracá e de ceder, na programação da rádio, os espaços legalmente assegurados às entidades ligadas, por finalidades, à comunidade, a Associação Monsenhor Marcílio Genoni de Maracá/SP manteve-se inerte por duas vezes;

**CONSIDERANDO** que "*compet*e ao Ministério Público da União: (...) XX – expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis", consoante preceitua o art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75, de 1993;

Dessa forma, o **Ministério Público Federal**, por sua Procuradora da República que ao final assina, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, *caput*, e art. 129, III da CR/88) e legais (arts. 1º, 2º e 5º, III, *b*), todos da Lei Complementar nº 75/93), **RECOMENDA**, nos termos do art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93, à Associação Monsenhor Marcílio Genoni de Maracá, na pessoa de seu representante legal, **Sr. Walter Reinaldo**, ou a pessoa que eventualmente o substitua, que:

a) institua o Conselho Comunitário da Rádio Comunitária Karisma de Maracá, nos termos preceituados pelo art. 8º da Lei nº 9612/98, sob pena de ajuizamento de ação civil pública visando, inclusive, à suspensão das atividades da rádio em comento;

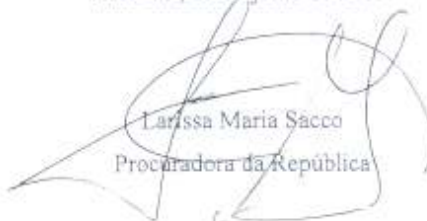
b) implemente a participação de cidadão e entidades interessadas (fls. 292 a 327) na programação da Rádio Comunitária Karisma de Maracai, sob pena de ajuizamento de ação civil pública visando, inclusive, à suspensão das atividades da rádio em comento.

Por fim, ressaltamos que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências solicitadas e poderá ensejar, como dito alhures, a adoção de todas as providências administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra os responsáveis inertes em face da violação dos dispositivos legais.

Para adoção da providência ora recomendada assinala-se o prazo de **15 dias úteis** a partir do seu recebimento por *facsimile*, devendo o Ministério Público Federal ser cientificado das providências tomadas, com a respectiva comprovação.

Na certeza do pronto acatamento da presente recomendação, colho o ensejo para render a Vossa Magnificência votos de elevada estima e distinta consideração.

Assis/SP, 23 de julho de 2009.

  
Larissa Maria Sacco  
Procuradora da República

RECEBI DAS MÃOS DO FUNCIONÁRIO  
DANILO, NESTA DATA: 5<sup>ª</sup> F. AOS. 30.  
DE JULHO DE 2009. ± 13h28min.  
DEPOIS DE LUTARMOS POR TRÊS  
ANOS E SEIS MESES.  
GOÊ ANTONIO DE SILVA (U8)-3371-1938.  
RG Nº 293.658-SSPIPB. LÍDER  
COMUNITARIO E DIRETOR SINDICALISTA.



COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA UMAC/Nº 001/2009  
Maracá/SP. Quinta-feira, aos 30/Julho/2009- 17h55min.

Consulte o SITE DA UMAC-[WWW.UMAC.ORG.BR](http://WWW.UMAC.ORG.BR) e leia os ofícios de números 015/2009 e 016/2009, continuando a denunciar ao Ministério Público Federal- Procuradoria da República no Município de Assis/SP.-Processo-Representação de Nº 1.34.026.000015/2006-40, desde o dia 17 de Janeiro de 2006, entre outros ofícios, as IRREGULARIDADES DA RÁDIO “COMUNITÁRIA” KARISMA FM 87,9 DE MARACÁ/SP., que atende pelo telefone (18)-3371-4040, e que está instalada no prédio público municipal(Terminal Rodoviário), e que não paga água, luz, aluguel e vigilante noturno. (OXENTE! QUE RÁDIO “COMUNITÁRIA” é ESTA?)

Depois de três anos e seis meses de luta comunitária, recebemos das mãos do funcionário Danilo, da Procuradoria da República do Município de Assis/SP., que atende pelo telefone (18)-3302-9200, no dia 24/07/2009, sexta-feira, a PRIMEIRA RESPOSTA DAQUELA AUTORIDADE, que com relação ao Ofício de Nº 015/2009 da UMAC, nos encaminha a relação das entidades que querem e que não querem participar das atividades da mantenedora(Associação Monsenhor Marcilio Genoni de Maracá) da Rádio “Comunitária” Karisma FM 87,9 de Maracá.

PARTE UM(DAS ENTIDADES)

ENTIDADES QUE DESEJAM PARTICIPAR – 12(DOZE) ENTIDADES

01ª) – UMAC(UNIÃO MARACAENSE DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS)

Folhas do Processo: De 293 à 299

Presidente : José Aparecido dos Santos ( Zeca )

02ª) – Associação de Moradores do Bairro Santa Cruz da Boa Vista e Núcleos Rurais

Folhas do Processo: De 303 à 304

Presidenta: Iris de Fátima Fernandes(Iris)

03ª) – ACIM(ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARACÁ)

Folhas do Processo: 305

Presidente : Cássio Gomes Gonçalves

04ª) – GOPAM(GRUPO CIVIL DE ORIENTAÇÃO E PREVENÇÃO À AIDS DE MARACÁ)-[WWW.GOPAM.ORG.BR](http://WWW.GOPAM.ORG.BR)

Folhas do Processo: De 306 à 312

Presidenta: Maria de Lurdes Cruz dos Santos

05ª) – Sociedade São Vicente de Paulo

Folhas do Processo: De 314 à 315

Presidente: Dagoberto Leme de Oliveira

06ª) – CERE(CENTRO DE RECUPERAÇÃO DO ALCÓOLATRA DE MARACÁ)

Folhas do Processo: 316

Presidente : Valdir Pinto de Melo

07ª) – Associação de Moradores do Bairro Vila Nova / Santa Terezinha

Folhas do Processo: 317

Presidenta : Maria Aparecida Santos Reis

08ª) – Associação d e Moradores do Conjunto Tieman

Folhas do Processo: 318

Presidente : Aylton Fernandes de Lima ( Jabá )

09ª) – Sindicato Rural de Maracá

Folhas do Processo: 320

Presidente : Ubaldo Bermejo Bermardi

10ª) – Associação de Moradores do Bairro São José das Laranjeiras e Núcleos Rurais

Folhas do Processo: 321-Presidenta: Ivanete Pires dos Santos

- 11\*) – Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência de Maracá  
Folhas do Processo: 323  
Presidente : Valtemir Aparecido Cândido ( Naninho )
- 12\*) – Associação de Cultura e Turismo de Maracá(ACTM)  
Folhas do Processo: 327  
Presidente : José da Silva Moraes ( Zé Poeta )

#### ENTIDADES QUE NÃO DESEJAM PARTICIPAR –05- CINCO ENTIDADES

- 01\*) – Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de Maracá  
( SINDICATO DOS MUNICIPAIS)  
Folhas do Processo ; 292  
Presidenta : Maria José Ferreira Tanganelli(Zezinha)
- 02\*) – SASSOM(Serviço de Assistência Social do Município de Maracá)  
Folhas do Processo: 300  
Presidente Elifaz Demane
- 03\*) - Associação São José - Formação Profissionalizante  
Folhas do Processo: 301  
Presidente : Fábio Aparecido Silveira
- 04\*) – ADC(Associação Desportiva Classista Usina Maracá)  
Folhas do Processo: 302  
Presidente : André Luís Gatto
- 05\*) – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Maracá  
Folhas do Processo: 319  
Presidente: Pedro Cirino Franco

Total das Entidades: 17 (Dezessete) 12 desejam e 05 não desejam.

#### PARTE DOIS(DAS PERGUNTAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS)

- 01\*) – Quanto cada casa comercial paga por mês para a RADCOM EM COMENTO, para realizar as propagandas comerciais chamadas de APOIO CULTURAL?
- 02\*) – a) Quais são as casas comerciais? b) Quanto paga por mês, cada casa comercial? c) Quem recebe o dinheiro? d) É dado algum recibo? e) Em que é gasto esse dinheiro? f) Quais são as despesas da RADCOM EM COMENTO?
- 03\*) – As Igrejas que usam a RADCOM EM COMENTO para evangelizarem, quanto paga por mês e quem recebe esse dinheiro?
- 04\*) – RADCOM(Rádio Comunitária) é para evangelizar?
- 05\*) – E as prestações de contas, para comprar mais um computador e comprar um retransmissor para a RADCOM EM COMENTO, em Novembro de 2006, quando foram doados R\$ 6.000,00(Seis mil reais), já foram feitas? Quem foram os responsáveis para realizar essas prestações de contas? Quem deu o computador para a RADCOM? Em que empresa foi comprado o retransmissor?

Estas, entre outras, são perguntas que teremos respostas dos responsáveis, pois elas estão também inseridas nos documentos na Procuradoria da República do Município de Assis(São Paulo).

“.....OS AVANÇOS COMUNITÁRIOS CONTINUAM.....”